

Sobre a caracterização temporal de frases complexas com orações adverbiais finais com *para* em Português Europeu

*Purificação Silvano*¹, *Luís Filipe Cunha*²
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Abstract:

The main goal of this paper is to discuss the temporal behaviour of European Portuguese factive purpose clauses introduced by *para* ('to') + non-inflected Infinitives. We will argue that a posteriority temporal relation, resulting from the interaction between the lexical properties of the connective and the Result Rhetorical Relation, is crucial to understand the temporal possibilities displayed in these sentences. However, we will demonstrate that other semantic factors, such as the aspectual profile of the eventualities and the Rhetorical Relations that may arise in these constructions, also play a decisive role in determining the final temporal ordering of the clauses.

Keywords: purpose clauses, temporal relations, aspect, rhetorical relations

Palavras-chave: orações finais, relações temporais, aspeto, relações retóricas

0. Introdução

As interdependências de natureza semântica que se estabelecem entre a oração principal e a subordinada no contexto de adverbiais finais colocam-nos problemas de inegável interesse e pertinência. Uma das questões que não têm sido objeto de um estudo sistemático em Português Europeu (PE, doravante) relaciona-se com o tipo de relações temporais entre as situações representadas neste género de estruturas.

¹ puri.msilvano@gmail.com

² luisfilipeitecunha@gmail.com. Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN – POPH – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.



Nesse sentido, o objetivo central do presente trabalho é apresentar uma proposta de caracterização temporal de frases complexas com orações subordinadas adverbiais finais introduzidas por *para* seguido de Infinitivo não flexionado em PE.

Para atingir o objetivo delineado, pretendemos: (i) investigar quais os tipos de relações temporais que se podem estabelecer entre a situação representada pela oração principal e a situação denotada pela oração subordinada no caso das adverbiais finais com *para* e verbo no Infinitivo; (ii) discutir quais as restrições em termos de sequencialização temporal que se verificam no referido contexto e (iii) identificar os diversos fatores linguísticos que, em última instância, condicionam as leituras temporais e a forma como interagem dinamicamente.

O presente texto encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 1, faremos uma breve caracterização semântica das orações finais; na secção 2, apresentaremos o problema que resulta da descrição temporal comumente assumida para este tipo de orações; na secção 3, analisaremos os dados e avançaremos com uma proposta de resolução para o problema apresentado; terminaremos com algumas conclusões, na secção 4.

1. Breve caracterização semântica das orações finais infinitivas com *para*

As orações subordinadas finais podem ser de dois tipos: orações finais de evento e orações finais de enunciação (cf. Braz, 2005; Lobo, 2003, 2013; Lopes, 2011). As primeiras exprimem a finalidade da situação representada pela oração principal (cf. (1)) e as segundas a finalidade da enunciação da oração principal (cf. (2))³.

(1) O João comprou um livro para oferecer à Maria.

(2) Para que saibas, hoje estás de castigo.

A tradição gramatical portuguesa (assim como a espanhola) inclui no subgrupo das orações adverbiais finais de evento não só as orações que na gramática inglesa descrevem o resultado ou consequência que é normalmente factual e não-intencional (*clauses of result*) bem como as

³ Cf. Lopes (2011) e Lobo (2013: 2013-2014) para uma descrição mais detalhada das características que distinguem as orações finais de evento e as de enunciação.



orações que exprimem um resultado ou consequência intencional que ainda não foi atingido (*clauses of purpose*)⁴. Lobo (2013: 2011), na linha da tradição gramatical inglesa, distingue entre orações finais de evento (cf. (3)) e orações resultativas (cf. (4)), que descrevem não uma finalidade ou um propósito, como as finais, mas uma consequência.

(3) Levantei-me mais cedo de modo a que o meu filho chegasse a horas.

(4) Levantei-me mais cedo, de forma que o meu filho chegou a horas.

Lobo (2013: 2014)

Duas das características que as distinguem são a impossibilidade de a oração resultativa ser anteposta e o facto de só a final ser dotada de valor de intencionalidade⁵.

Quanto ao tipo de conectores envolvidos, em Português Europeu, as orações finais são introduzidas por conectores como *para*, *a fim de* ou *com o fim/intuito de* seguidos de Infinitivo flexionado ou não flexionado e *para que*, *a fim de que*, *de modo/ forma/ maneira a que*, *com o fim/ intuito de que* seguidos de formas finitas do Conjuntivo⁶.

No caso das orações infinitivas, normalmente, os dois sujeitos são correferenciais, embora o sujeito da oração subordinada possa também ser correferencial com o objeto direto ou com o objeto indireto da oração principal. No caso das orações finais finitas, o sujeito é mais frequentemente não correferencial em relação ao sujeito da oração principal, embora existam igualmente casos de correferência com o sujeito, o objeto direto ou objeto indireto da oração principal (cf. Lobo, 2003, Brito, 2003 e Braz, 2005).

Para além das distinções aqui apresentadas, em Português Europeu, é possível propor uma outra divisão baseada em critérios de factualidade: orações finais factuais, hipotéticas e contrafactuais (cf. Brito, 2003: 716)⁷. De facto, uma característica que devemos ter em conta no

⁴ Cf. Quirk *et al.* (1985) e Kortmann (1986) para uma distinção entre *result clauses* e *purpose clauses*.

⁵ Retomaremos o conceito de intencionalidade associado às orações finais de evento na secção 2.2.

⁶ Para uma análise mais detalhada dos conectores que introduzem as orações finais, veja-se Kortmann (1996), Galán Rodríguez (1999), Lobo (2003) e Braz (2005).

⁷ Brito (2003) baseia esta distinção no tempo do verbo da oração principal no caso das construções com orações finitas. Por exemplo, a autora refere que uma frase como (i) tem uma leitura factual porque o verbo da principal está no Pretérito Perfeito do Indicativo. Contudo, esta frase pode receber uma interpretação de cariz não factual, como se pode ver em (ii) (cf. Silvano, 2010).

(i) O João comprou uma casa em Beja para que os filhos ficassem perto dos avós.

(ii) O João comprou uma casa em Beja para que os filhos ficassem perto dos avós e até agora nunca lá foram.



que respeita à interpretação das orações finais prende-se com a sua estreita ligação a construções de índole modal. Com efeito, tal como diferentes autores já observaram (cf. Bhatt, 2003; Schmidtke-Bode, 2009; Lopes, 2011), as orações subordinadas finais remetem frequentemente para situações que não ocorreram (e que podem nem vir a ocorrer) no mundo de referência. Tomem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- (5) A Maria fez desporto para emagrecer.
- (6) O João emigrou para ter melhores condições de vida.

Em exemplos como os ilustrados acima, a par de uma leitura factual (em que ambas as situações ocorrem no mundo de referência), podemos obter facilmente interpretações não factuais, i.e., em que o “objetivo” ou “propósito” descrito na infinitiva não chegou a ter lugar em $w\theta$, como as seguintes paráfrases nos revelam:⁸

- (7) A Maria fez desporto para emagrecer, mas está cada vez mais gorda.
- (8) O João emigrou para ter melhores condições de vida, mas continua desempregado.

Este tipo de modalização exibido pelas orações finais não é de todo surpreendente. Na verdade, estando a subordinada associada a uma relação temporal de posterioridade e tendo em conta que a realização de eventualidades projetadas no futuro é, sob um certo ponto de vista, “incerta” (cf. a proposta de Dowty (1979) sobre os futuros ramificantes), não será possível asserir-se a verdade da situação representada na subordinada em todas as circunstâncias.

De facto, as leituras factuais, hipotéticas e contrafactuais só podem ser obtidas composicionalmente, tendo em conta o tempo do verbo da oração final e outros elementos linguísticos e contextuais.

⁸ Tendo em conta que, tal como observado por parte de um dos revisores do presente artigo, a quem agradecemos desde já a observação, a distinção interpretativa entre orações finais factuais e não factuais não se encontra gramaticalmente codificada, derivando essencialmente de fatores discursivos, contextuais ou pragmáticos, podemos colocar a hipótese de que esta seja, efetivamente, uma questão de vagueza ou de subespecificação. No entanto, uma tal divisão parece-nos bastante pertinente, na medida em que terá consequências importantes ao nível da interpretação temporal e modal das configurações sob análise, pelo que a consideraremos ao longo do nosso trabalho. Em particular, e dado que uma abordagem aos casos não factuais implicaria a necessidade de uma discussão aprofundada de questões modais, que vai muito para além do âmbito deste estudo, optámos aqui por concentrar a nossa atenção nos casos de estruturas factuais, em que as relações temporais entre as situações envolvidas se revelam de uma forma mais evidente.



Por outro lado, o facto de as construções finais envolverem uma forte componente de intencionalidade, como iremos ver adiante, na medida em que as proposições expressas na subordinada são encaradas como um “propósito” ou um “objetivo” a alcançar, logo concebidas como um resultado apenas hipotético, faz com que estas estruturas se aproximem estreitamente de configurações de natureza volitiva, que, como sabemos, são parte importante da expressão da modalidade (cf. Portner, 2009).

Seja como for, e embora estejamos plenamente conscientes da necessidade de uma análise modal aprofundada para este tipo de configurações, deter-nos-emos, no presente trabalho, nas orações finais com uma leitura factual, i.e., em que as duas situações descritas ocorrem efetivamente no mundo de referência.

Assim, neste trabalho, analisaremos apenas as orações finais de evento, com leitura factual, introduzidas pelo conector *para* seguido de Infinitivo não flexionado e com sujeitos nulos que são correferenciais com os sujeitos da oração principal⁹.

2. Os problemas

Nas secções seguintes, elencaremos alguns problemas que resultam do confronto dos dados com as propostas de análise das orações finais de evento introduzidas pelo conector *para* seguido de Infinitivo não flexionado que têm sido avançadas na literatura. Iremos deter-nos em três questões fundamentais: (i) a interpretação temporal e as características aspetuais; (ii) a agentividade e intencionalidade associadas a estas estruturas; (iii) a relação retórica de Resultado que liga retoricamente a situação da oração final à situação da oração principal.

2.1. A interpretação temporal e as características aspetuais

As orações adverbiais finais estabelecem uma relação de tipo causal, em sentido lato, com a oração principal focando o efeito, a finalidade ou o propósito da situação descrita pela oração

⁹ Em PE, quando os sujeitos não são correferentes, usa-se o Infinitivo flexionado. Em Inglês, dado que não há esta distinção entre os dois tipos de Infinitivo, Back (1985: 45) considera que, apesar de o candidato mais provável que controla o sujeito da oração subordinada ser o sujeito da oração principal, a relação entre o controlador e a posição de sujeito não é obrigatória, havendo um caso de controlo “livre”. Em (i), por exemplo, não interpretamos o enunciado como sendo apenas o convidado que trouxe a garrafa de vinho a bebê-la durante o jantar, pelo que o sujeito da oração subordinada não será correferente com o sujeito da oração principal.

(i) I brought this miserable Morgon to enjoy with our dinner.



principal. Este valor de finalidade é construído em grande parte pelo significado do conector *para*. De facto, à semelhança do que acontece com outras orações adverbiais, como as orações causais, condicionais, concessivas, entre outras, a ligação entre as situações representadas pela oração principal e pela oração subordinada é determinada pelo valor lexical do conector.

Inerente a este valor de finalidade, parece também estar um traço temporal de [+posterioridade]. Assumiremos, como Cunha e Silvano (2006) e Gonçalves, Cunha e Silvano (2008) que o Infinitivo é defetivo em termos temporais, isto é, as formas do Infinitivo somente estariam em condições de estabelecer a relação entre a situação descrita pela oração em que tomam parte e o respetivo Ponto de Perspetiva Temporal (TPpt, doravante), proporcionado pelo intervalo de localização descrito pelo verbo da oração principal, não tendo a capacidade de fornecer quaisquer indicações quanto à relação entre o TPpt e o tempo da enunciação. Num contexto não marcado, como acontece em frases com completivas introduzidas por verbos introdutórios neutros, como *dizer* ou *afirmar*, a situação descrita pela oração encaixada estabeleceria com o seu TPpt, ou seja, com o intervalo de localização da situação principal, uma relação de sobreposição. No entanto, no contexto das frases com orações subordinadas finais, o conector *para* inviabiliza prototipicamente essa leitura e impõe uma leitura de posterioridade.

Como argumenta Lopes (2011), mesmo quando estão representados estados na oração principal, o conector *para* parece impor uma leitura em que o estado foi escolhido propositadamente pela entidade designada pelo sujeito.

(9) A Ana vive na aldeia para ter melhor qualidade de vida. (Lopes, 2011:127)

Há, no entanto, casos em que a relação de posterioridade entre as duas situações não se verifica (cf. Silvano, 2010 e Lopes, 2011). Veja-se a título exemplificativo a frase em (10).

(10) A Maria está em Paris para estudar moda.

Em exemplos como os de (10), ocorre tipicamente uma relação temporal de sobreposição parcial, que aparentemente não se coaduna com o valor lexical do conector *para*. Este constitui



um problema ao qual procuraremos dar resposta na secção 3. Interessa também saber em que condições surgem as leituras de posterioridade e de sobreposição parcial e de que modo se podem acomodar numa mesma proposta de análise. No exemplo (10) surge um estado na oração principal, mas o mesmo acontece na frase (9), ou numa frase como “O meu cão foi agressivo para expulsar os ladrões”, que recebe uma leitura inequívoca de posterioridade. Na verdade, como iremos ver na secção 3, são estados com características diferentes. Por outro lado, há exemplos com eventos nas duas orações em que não se verifica também uma leitura de completa sucessividade, como acontece em (11).

(11) A Maria escreveu uma carta à polícia para confessar o crime.

Importa, pois, realizar uma análise mais detalhada das diferentes combinações aspetuais¹⁰ e das leituras que daí resultam, para depois tentar encontrar uma proposta que dê conta das diferentes interpretações temporais envolvidas.

2.2. Agentividade e intencionalidade

Uma outra característica das frases com orações finais está relacionada com os conceitos de agentividade e de intencionalidade. Tipicamente, é dito que as orações subordinantes que ocorrem com as orações finais têm um argumento externo dotado de intencionalidade, com o papel temático de Agente, que desenvolve uma ação com vista a um determinado resultado (cf. Braz, 2005, Lopes, 2011, e.o.). Este requisito justifica, por um lado, a gramaticalidade de (12) e, por outro, a agramaticalidade de (13).

(12) O João é surfista para impressionar os colegas.

¹⁰ Ao contrário do que é defendido por Braz (2005), os exemplos (9) e (10) mostram que a oração final pode ser combinada com uma situação estativa na oração principal, tal como já referido por Silvano (2010) e Lopes (2011). A revisão bibliográfica sobre as orações finais revela que tem faltado uma análise das questões aspetuais, que são, como veremos, determinantes na sua interpretação. Back (1985: 38) propõe para o Inglês as seguintes restrições relativamente ao tipo de verbos que podem aparecer na oração matriz, mas sem se referir a tipos aspetuais.

- I. *have, be* (in a place, on hand, available, at one's disposal, in existence)
 - (i) Mary has her mother to consider.
- II. Transitive verbs which involve continuance or change in the state of affairs indicated in I and are of positive sort.
 - (ii) We always keep a fire-extinguisher in the kitchen to use in case of fire.
- III. Verbs of choice and use.
 - (iii) A chose *War and Peace* to read to the students.



(13) *O João é alto para impressionar os colegas.

Em (12), estabelece-se uma relação entre um indivíduo, uma situação e uma intenção de modo que o indivíduo participa na eventualidade com uma intenção em mente (cf. Whelpton, 1995). Como o indivíduo tem de participar intencionalmente na situação, e isso não acontece em (13), a frase resulta agramatical.

De facto, tal como Back (1985: 53) refere, assumindo que sabemos o que significa realizar uma ação tendo em vista um propósito, sabemos também a diferença entre ações voluntárias e involuntárias e temos igualmente conhecimentos sobre causas necessárias e suficientes e sobre as crenças das pessoas em relação a elas. Por isso, “it should be odd to say *a* has a property *P* for a purpose *Q* if *P* is the sort of property that is beyond anyone’s control, including *a*’s”. Logo, uma frase como (14) resulta estranha porque a situação descrita na principal não tem um cariz intencional, não depende do controlo de ninguém.

(14) John hates *War and Peace* in order to annoy his brother. (Back, 1985: 53)

Por sua vez, a estranheza de uma frase como (15) decorre das nossas crenças de que não podemos controlar o sol.

(15) They opened the window (in order) to get the sun to shine. (Back, 1985: 53)

Contudo, uma frase como (16), em que a situação descrita pode ser interpretada como o resultado de uma ação por parte de um agente, não causa qualquer problema de aceitação.

(16) The exhibition is here in order to satisfy the people. (Back, 1985: 53)

Em todos os exemplos analisados até ao momento verifica-se a presença de intencionalidade e de agentividade, ainda que em alguns casos (cf. (16)) seja deduzida e não expressa de uma forma direta. Mas será que este requisito se mantém em exemplos como (17)-(18)?



(17) A coruja tem olhos grandes para ver melhor à noite.

(18) A girafa tem pescoço alto para comer as folhas das copas das árvores.

Estas frases são perfeitamente gramaticais, não causando estranheza como o exemplo (14), embora também sejam parafraseáveis por “*a* tem uma propriedade *P*, que foge ao controlo de *a*, com o propósito *Q*”. Como explicar esta aparente contradição?

Para casos como estes, subscrevemos a explicação que Back (1985) dá para exemplos como (19), que nos parecem semelhantes aos de (17) e (18).

(19) Eyes are to see with. (Back, 1985: 56)

Back considera que exemplos como o de (19) parecem fazer referência a um tipo de teleologia inerente. Assumindo, portanto, uma conceção segundo a qual tudo na natureza tem uma finalidade, podemos deduzir agentividade e intencionalidade em exemplos como os de (17)-(18).

Tendo em consideração tudo o que foi referido, podemos concluir que nas frases com orações subordinadas finais há uma intencionalidade por parte de um Agente, que não tem de ser o argumento externo da oração subordinante, como defendido por Braz (2005) e Lopes (2011), mas que pode ser inferido indiretamente a partir do contexto linguístico e do nosso conhecimento do mundo.

2.3. A relação retórica de Resultado

Silvano (2010), no enquadramento teórico da *Segmented Discourse Representation Theory*, de Asher & Lascarides (2003), defende que as situações descritas em frases complexas com adverbiais estão ligadas por diversas relações de sentido, isto é, diferentes relações retóricas. O processo de inferência das relações retóricas decorre do processamento de diferentes fontes de informação como o léxico, a semântica frásica, o nosso conhecimento do mundo, entre outras.



No caso particular das orações adverbiais, a inferência da relação retórica é frequentemente determinada pelo valor lexical do conector. É o que se passa com as situações em frases complexas com orações finais. Nestas, a noção de finalidade, de propósito, subjacente ao conector *para*, conduz à inferência da relação retórica de Resultado, ou seja, a situação descrita pela oração final liga-se à situação da oração principal através da relação retórica de *Resultado*.

Os postulados teóricos desta relação retórica propostos por Asher & Lascarides (2003: 205-206) são os apresentados em (20).

(20) $\emptyset \text{Resultado}(\alpha, \beta) \Rightarrow R$ liga a causa ao seu efeito.

$\emptyset \text{Resultado}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{causa}(e_\alpha, e_\beta)$, independentemente da classe aspetual

De referir que estes postulados de significado nada dizem, pelo menos de uma forma explícita, sobre a relação temporal que se estabelece entre a causa e o seu efeito, embora os autores assumam nos exemplos analisados sempre uma relação temporal de sucessividade, nem sobre as questões de agentividade, o que podia ajudar a limitar as escolhas no processo de inferência das relações retóricas. Tal como está, esta relação retórica apresenta-se como um candidato viável não só para exemplos como o de (3), aqui repetido em (21), em que há intencionalidade, como também para exemplos como o de (4), repetido em (22), em que não se verifica intencionalidade.

(21) Levantei-me mais cedo de modo a que o meu filho chegasse a horas.

(22) Levantei-me mais cedo, de forma que o meu filho chegou a horas.

(Lobo (2013: 2014))

Procuraremos determinar se, por um lado, estes postulados de significado são satisfatórios ou se serão necessárias mais estipulações para otimizar o processo de inferência da relação de Resultado e se, por outro lado, a relação retórica de Resultado, por si só, se revela suficiente para dar conta das interpretações relevantes.



3. Análise dos dados

Tomando em linha de conta tudo o que foi dito acerca das propriedades semânticas das orações finais factuais com Infinitivo, procuraremos, em seguida, investigar o tipo de relações temporais que se estabelecem entre a situação da oração principal (e_1) e a da subordinada (e_2). Em particular, como veremos, fatores como a natureza aspetual das eventualidades envolvidas, o traço de posterioridade associado ao conector *para* e a intervenção de certas Relações Retóricas desempenharão um papel crucial para a explicação dos dados que a seguir se apresentam.

3.1. Evento + Evento

Quando na oração principal surge um evento – seja este um processo (cf. (23)), um processo culminado (cf. (24)) ou uma culminação (cf. (25))¹¹ – combinado com um outro evento na subordinada, a interpretação preferencial das sequências parece ser aquela em que a primeira situação precede a segunda (i.e. em que $e_1 < e_2$):

(23) A Maria estudou inglês para ler o novo artigo da *Nature*. ($e_1 < e_2$)

(24) A Maria dirigiu-se à biblioteca para ler o novo artigo da *Nature*. ($e_1 < e_2$)

(25) A Maria sentou-se para ler o novo artigo da *Nature*. ($e_1 < e_2$)

Observamos, por outro lado, que, no contexto de predicções de cariz eventivo, a variação ao nível do perfil aspetual das situações representadas na subordinada não parece alterar também substancialmente o tipo de relação temporal obtido. Assim, quer tenhamos processos (cf. (26)), processos culminados (cf. (27)) ou culminações (cf. (28)) na infinitiva, a relação de sucessividade mantém-se tipicamente inalterada:

(26) O João sentou-se no sofá para ver televisão. ($e_1 < e_2$)

(27) O João sentou-se no sofá para comer um chocolate. ($e_1 < e_2$)

¹¹ Ao longo da presente análise deixaremos de lado a classe aspetual dos pontos, não só porque contempla um número relativamente reduzido de predicções, mas também porque, na maioria dos casos, se verifica a comutação aspetual dos pontos em processos favorecida pela iteração, o que acarretaria a consideração de mais uma variável – situações básicas vs. situações derivadas – que não pretendemos explorar neste momento.



(28) O João sentou-se no sofá para atender o telefone.¹² ($e_1 < e_2$)

Dada a caracterização que fizemos da semântica das orações finais, estes dados não são de todo surpreendentes. Com efeito, tendo em conta que (i) e_1 fornece o intervalo de localização para e_2 ; (ii) e_1 é um evento e, tipicamente, os eventos são situações (intrínseca ou extrinsecamente) delimitadas e, nesse sentido, encontram-se incluídos no intervalo de localização com que coocorrem; (iii) a relação retórica de Resultado, tal como definida em Asher & Lascarides (2003), supõe que as causas (aqui representadas por e_1) precedem os efeitos (aqui representados por e_2) e, finalmente, que (iv) o conector *para* está associado a um traço [+Post], então a sucessividade parece ser a relação temporal esperada no contexto sob análise.

3.2. Evento + Estado

Quando ocorre um evento na oração principal e um estativo na subordinada, a leitura preferencialmente obtida para as construções finais factuais parece continuar a ser a de sucessividade, tal como ilustrado nos exemplos seguintes:

(29) A Maria estudou inglês para saber essa língua. ($e_1 < e_2$)

(30) A Maria fez uma operação plástica para ter olhos azuis. ($e_1 < e_2$)

(31) A Maria fechou a porta do quarto para estar sossegada. ($e_1 < e_2$)

Assim, em (29), o processo de “A Maria estudar inglês” precede o estado de ela saber essa língua; em (30), o processo culminado de “A Maria fazer uma operação plástica” antecede o estado de “A Maria ter olhos azuis” e, finalmente, a culminação de “A Maria fechar a porta do quarto” é integralmente anterior ao estado representado por “A Maria estar sossegada”.

A substituição, na subordinada, de estados não faseáveis, como os apresentados nas frases de (29)-(31), por estados de cariz [+faseável]¹³ parece não acarretar qualquer tipo de consequência

¹² Sublinhe-se que, nas frases em apreço, estamos a considerar apenas a leitura puramente eventiva das situações em questão. Se, no entanto, se focalizasse o estado consequente de e_1 graças à possibilidade da sua comutação aspetual, os resultados seriam bem diferentes, sendo a interpretação relevante equivalente à de estruturas do género de “O João esteve sentado no sofá para...”. Estes casos propiciam uma leitura preferencial de inclusão de e_2 em e_1 , um comportamento em tudo semelhante ao dos restantes estativos, como observaremos em 3.3.

¹³ Para a distinção entre estados faseáveis e não faseáveis veja-se Cunha (2004).



relevante no que diz respeito à interpretação temporal das eventualidades, uma vez que a leitura preferencial continua a ser a de sucessividade, tal como se pode observar em (32)-(34):

(32) A Maria estudou inglês para viver nos EUA. ($e_1 < e_2$)

(33) A Maria construiu uma casa em Vouzela para viver no campo. ($e_1 < e_2$)

(34) A Maria pôs os óculos de sol para se sentir melhor. ($e_1 < e_2$)¹⁴

Tendo em conta as propriedades que atribuímos às construções finais e as características aspetuais inerentes às situações envolvidas, estes resultados são, mais uma vez, os esperados. Dado que e_1 é um evento que fornece o Tempo de Localização para e_2 e que os eventos, tipicamente, se encontram incluídos nos intervalos em que ocorrem; que a relação retórica de Resultado favorece a precedência das causas (representadas em e_1) em relação aos efeitos (descritos em e_2) e que as construções finais remetem, em certa medida, para a posterioridade da subordinada relativamente à principal, a sucessividade será a relação temporal mais adequada nestes contextos. Mesmo tendo em conta que os estados da subordinada poderiam transcender o limite inicial dos intervalos a que se encontram associados, o traço de posterioridade que acompanha o conector *para* parece desfavorecer esse tipo de leituras nos exemplos em apreço.

3.3. Estados não faseáveis + Eventos

Ao contrário do tipo de interações temporais que observámos até ao momento, quando um estado não faseável surge na oração principal e um evento ocorre na subordinada, a relação preferencial que emerge entre as eventualidades é a de inclusão do evento (e_2) no estativo (e_1), tal como os seguintes exemplos nos comprovam:

(35) A Maria esteve em França para jogar ténis. ($e_1 \text{ O } e_2$)

(36) A Maria esteve na biblioteca para ler o novo artigo da *Nature*. ($e_1 \text{ O } e_2$)

(37) O João esteve na feira para vender um cabrito. ($e_1 \text{ O } e_2$)

¹⁴ Note-se que, nesta frase, estamos a considerar apenas o evento pontual de “pôs os óculos de sol” e não qualquer eventual estado consequente a ele associado, pelo que uma leitura de sucessividade nos parece preferencial num contexto como este.



Assim, o processo de “jogar ténis” encontra-se incluído no estado de “A Maria estar em Paris”, tal como o processo culminado de “ler o novo artigo da *Nature*” se encontra incluído no estado de “A Maria estar na biblioteca” ou a culminação descrita por “vender um cabrito” se encontra incluída no estado de “O João estar na feira”.

Poderemos acomodar estas divergências em termos de relações temporais à luz dos princípios que temos vindo a defender? A resposta parece ser positiva, se tivermos em conta que, ao contrário dos eventos, os estados não se encontram incluídos nos intervalos de localização com que coocorrem, podendo prolongar-se para além dos seus limites, em particular no que respeita à sua fronteira final.

Sob este ponto de vista, apenas é necessário que o estado e_1 se inicie num intervalo anterior àquele em que se localiza o evento e_2 para poder preservar as indicações temporais associadas à relação retórica de Resultado e o requisito de posterioridade que acompanha o conector *para*. Dado que, ao contrário dos eventos, os estados se podem prolongar para além das fronteiras dos intervalos com que se combinam, isso possibilita o estabelecimento da relação de inclusão que acabámos de observar. Por outras palavras, embora os dois intervalos de tempo relevantes mantenham a ordenação requerida, i.e., a de sucessividade ($t_1 < t_2$), o facto de os estados se poderem prolongar para além de t_1 faz com que se estabeleça tipicamente uma relação de inclusão relativamente aos eventos com que se combinam.

3.4. Estados + Estados

Embora esta seja uma conjugação pouco frequente, dadas as restrições em termos de agentividade/ intencionalidade impostas pelas orações finais, podemos encontrar casos em que dois estados se combinam nas construções em análise, dando, normalmente, origem a uma relação temporal de sobreposição parcial, tal como ilustrado nos exemplos que se seguem:

(38) A Maria permaneceu em casa para estar sossegada.

(39) A Maria morou em Paris para ser *designer* de moda.



Nas suas leituras mais consensuais, (38) e (39) manifestam uma relação temporal de sobreposição parcial entre as situações envolvidas. Assim, os estados representados por “A Maria permanecer em casa” e “estar sossegada” partilham um intervalo de tempo comum, sucedendo o mesmo com os estativos descritos em (39). Note-se, porém, que o estado e_1 tem tipicamente o seu início antes do estado e_2 .

Nesse sentido, defenderemos que, tal como nos exemplos discutidos em 3.3, também aqui e_1 se pode prolongar para além do intervalo em que ocorre e que serve de Tempo de Localização para e_2 . É igualmente possível defender a ideia de que $t_1 < t_2$, ou seja, de que o intervalo da principal antecede o da subordinada, respeitando-se assim os requisitos associados à relação retórica de Resultado e à posterioridade manifestada pelo conector *para*. A única diferença em comparação com os casos em que surgem eventos na subordinada é que se verifica uma relação preferencial de sobreposição parcial em detrimento da inclusão. Este facto pode ser facilmente explicado se tivermos em conta que, ao contrário dos eventos, que tipicamente se encontram incluídos nos seus Tempos de Localização (*Location Times*), os estados – tanto os da oração principal quanto os da subordinada – se prolongam tipicamente em períodos de tempo que transcendem os intervalos de localização a que se encontram associados, dando, assim, origem a uma relação de sobreposição parcial (cf. as propostas da DRT a este respeito formuladas em Kamp & Reyle, 1993).

3.5. Os estados faseáveis

Se as observações efetuadas em Cunha (2004) acerca da natureza dos estados faseáveis¹⁵ estão corretas, seria de esperar que, em certa medida, estes ostentassem um comportamento “híbrido” entre o dos estados não faseáveis e o dos eventos. Por outras palavras, quando ocorrem na oração principal de construções finais factuais, os estados faseáveis tanto poderão dar origem a leituras de sucessividade, características dos eventos, como a leituras de inclusão/ sobreposição, próprias dos estativos. Esta predição parece confirmar-se. Comparem-se os exemplos em (40)-(42) com os de (43)-(45):

¹⁵ Recorde-se que os estados faseáveis são estativos que, em condições adequadas, exibem o comportamento típico de eventos de cariz processual (cf. os testes propostos em Cunha, 2004).



- (40) A Maria foi poupada para fazer uma viagem.
- (41) A Maria foi simpática para vender o carro.
- (42) O meu cão foi agressivo para expulsar os ladrões.
- (43) A Maria foi poupada para juntar dinheiro.
- (44) A Maria foi simpática para atrair os clientes.
- (45) O meu cão foi agressivo para assustar as crianças.

Embora exista alguma oscilação no que diz respeito às interpretações preferenciais de cada um dos exemplos apresentados, podemos dizer que nos casos de (40), (41) e (42) a sucessividade parece ser a opção mais natural (i.e., a Maria foi poupada antes de fazer a viagem; a Maria foi simpática antes de vender o carro; o meu cão foi agressivo antes de expulsar os ladrões, não havendo evidência de que os estados se prolonguem para além dos eventos que os seguem), ao passo que em (43), (44) e (45) a inclusão ou a sobreposição parcial parecem as opções mais relevantes (i.e., a Maria foi poupada e continuou a sê-lo enquanto juntou dinheiro; a Maria foi simpática e continuou a sê-lo mesmo depois de atrair os clientes; o meu cão foi agressivo e continuou a sê-lo mesmo depois de assustar as crianças).

Este comportamento dos estados faseáveis não oferece quaisquer problemas às propostas que temos vindo a defender. Em casos como (40)-(42), os estados faseáveis são reinterpretados como eventos e, nessa medida, encontram-se incluídos no Tempo de Localização em que comparecem, daí resultando uma leitura de sucessividade – $e_1 < e_2$ – que se deve ao efeito conjunto do traço de posterioridade ostentado pelo conector *para* e à relação retórica de Resultado, como temos vindo a observar. Em casos como (43)-(45), a relação temporal de sucessividade entre os intervalos mantém-se, i.e. $t_1 < t_2$, tal como requerido pelas propriedades da construção sob análise, mas os estados faseáveis, comportando-se como verdadeiros estativos, podem prolongar-se para além da fronteira final do intervalo em que ocorrem, sobrepondo-se ou incluindo as situações representadas por e_2 .



3.6. Casos problemáticos

Se os exemplos que temos vindo a discutir até ao momento parecem, de uma forma ou de outra, não levantar grandes problemas à análise que propusemos para a caracterização semântica das construções finais em PE, existem casos que envolvem questões bem mais complexas. Referimo-nos, em particular, a estruturas que, embora contemplando uma situação eventiva na oração principal, desencadeiam uma leitura de sobreposição e não uma relação de sucessividade, como seria de esperar. Observem-se as seguintes frases:

(46) O João jogou ténis para exercitar os músculos. (sobreposição parcial)

(47) A Rita tocou piano para treinar a sonata. (sobreposição parcial)

(48) A Ana falou com o professor para tirar dúvidas. (sobreposição parcial)

Seria tentador pensar que o facto de estarmos perante processos – eventos homogéneos e não intrinsecamente delimitados – poderia ser uma pista para a resolução do problema. No entanto, procurar explicar este tipo de relação temporal de sobreposição a partir das propriedades aspetuais dos eventos envolvidos não parece ser uma solução viável, na medida em que também processos culminados podem ocorrer na oração principal de configurações finais com uma leitura semelhante, como os seguintes exemplos atestam:

(49) A Maria cortou os legumes para testar a faca. (sobreposição parcial)

(50) A Joana viu o filme para relaxar. (sobreposição parcial)

(51) O Pedro fez o *puzzle* para exercitar a memória. (sobreposição parcial)

Face a exemplos como estes, colocam-se duas questões a que importa dar resposta: (i) por que razão apenas alguns eventos estabelecem este tipo de relação de sobreposição parcial no contexto de orações finais? (ii) será possível acomodar estes dados aos requisitos da nossa proposta de análise para as construções em apreço ou teremos de a abandonar?



Relativamente à primeira questão, importa observar que, em exemplos como (46)-(51) – e contrariamente ao que sucede com as construções apresentadas em 3.1 e 3.2 –, se estabelece um nexo de sentido que transcende a mera relação de Resultado entre as situações envolvidas. Com efeito, o facto de o João jogar ténis supõe obrigatoriamente que ele exercite os músculos, assim como, numa leitura factual, existe uma certa concomitância entre a Joana ver o filme e relaxar. A melhor forma de dar conta desta íntima ligação entre as eventualidades envolvidas será postular, em casos como estes, a atuação de uma segunda relação retórica, para além da de Resultado, que permita tornar explícita a interdependência que acabámos de descrever. A melhor candidata para o efeito parece ser a relação retórica de Paralelismo, tal como concebida em Silvano (2010).

A relação retórica de Paralelismo, tal como proposta em Silvano (2010), postula a sobreposição entre as situações envolvidas, descrevendo-as como decorrendo em paralelo, concomitantemente no tempo, o que parece ser adequado para dar conta dos casos em apreço.

No entanto, a adoção desta relação retórica para dar conta dos dados apresentados introduz uma certa “tensão” entre requisitos opostos nas construções que estamos a analisar. Se, por um lado, a relação retórica de Paralelismo requer a existência de sobreposição entre situações, por outro tanto a relação retórica de Resultado quanto o traço [+post] associado às construções finais apontam para o estabelecimento de uma ordenação sucessiva das eventualidades. Como resolver, então, o problema?

Devemos realçar, em primeiro lugar, que os pressupostos que assumimos estarem associados às construções finais se mantêm, em certa medida, vigentes, mesmo em construções em que emerge a sobreposição entre eventos. De facto, não encontramos quaisquer exemplos em que e_2 fosse anterior a e_1 (i.e. $e_1 > e_2$), o que está em conformidade com a ideia de que, na relação de Resultado, os efeitos nunca podem anteceder as suas causas. Por outro lado, apesar de haver sobreposição parcial, requerida pela relação retórica de Paralelismo, parece evidente que, mesmo em casos como estes, e_2 só pode ter o seu início após o começo de e_1 .

No sentido de conciliar os diferentes requisitos semânticos exigidos por este tipo de configurações – em particular no que respeita à harmonização entre as relações retóricas de Paralelismo e de Resultado –, propomos uma reanálise da relação retórica de Resultado nos seguintes termos:



(52) Relação Retórica de Resultado:

(i) R liga a causa ao seu efeito, independentemente da classe aspetual das predicções envolvidas.

(ii) R é inferida quando há uma entidade (Agente) que intencionalmente realiza uma ação com vista a um resultado.

(iii) Consequência Temporal: a fronteira inicial de $e_1 <$ fronteira inicial de e_2 (i.e., a fronteira inicial de e_1 é obrigatoriamente anterior à fronteira inicial de e_2).

Uma reformulação da relação retórica de Resultado nestes termos permite conciliar os requisitos semânticos das construções finais com os que resultam da introdução da relação retórica de Paralelismo, fornecendo um tratamento adequado para as interações temporais observadas em exemplos como (46)-(51). Assim:

(i) Dado que, na proposta de tratamento aqui apresentada, a fronteira inicial de e_1 é anterior à fronteira inicial de e_2 , *podemos manter a ideia central de que as orações finais se encontram consistentemente associadas a uma relação retórica de Resultado e que, nesta, as causas precedem (mesmo que parcialmente) os seus efeitos;*

(ii) Se, nos casos em que intervém a relação retórica de Paralelismo, associarmos os intervalos de tempo t_1 e t_2 não às situações consideradas na sua globalidade mas somente às suas fronteiras iniciais, podemos preservar a ideia de que o conector *para* exhibe um traço de [+posterioridade], sendo que, neste caso, $t_1 < t_2$ descreve uma relação entre intervalos associados a fronteiras iniciais e não obrigatoriamente ao todo das situações;

(iii) Considerando-se a sucessividade apenas relevante para as fronteiras iniciais dos eventos, nada impede que a relação retórica de Paralelismo atue, estabelecendo-se uma relação temporal de sobreposição parcial entre as situações envolvidas.



Em suma, diremos que, no contexto das orações finais, quando atuam relações retóricas que alteram a interpretação temporal básica das situações envolvidas, se gera uma espécie de reanálise ou de comutação temporal que permite associar os intervalos de tempo relevantes não ao todo das situações envolvidas mas apenas às suas fronteiras iniciais.

4. Conclusões

Tomando em consideração a caracterização que foi feita das orações finais factuais com Infinitivo e a análise das relações temporais que se estabelecem entre as eventualidades que nelas tomam parte, podemos avançar com algumas conclusões.

Em primeiro lugar, podemos concluir que as orações adverbiais finais com Infinitivo veiculam tipicamente a relação retórica de Resultado, manifestando igualmente marcas de agentividade / intencionalidade e projetando a eventualidade da subordinada num intervalo posterior em relação ao da principal.

Verificámos também que as relações temporais que se estabelecem entre as situações envolvidas nas orações finais factuais parecem refletir a caracterização que acabámos de descrever, na medida em que, quando na oração principal surgem eventos, a sucessividade é tendencialmente preferida, ao passo que, quando ocorrem estados no referido contexto, a inclusão ou a sobreposição parcial são obtidas, refletindo o facto de os estativos se poderem prolongar para além da fronteira final dos intervalos com que se combinam.

Por último, observámos que a interferência de outras relações retóricas, nomeadamente a de Paralelismo, ao criar tensões interpretativas, pode obrigar a uma reanálise das relações temporais entre eventualidades, mas não parece afetar crucialmente o requisito de sucessividade que se estabelece entre os intervalos de tempo envolvidos na construção.

Referências

Asher, N. & A. Lascarides (2003) *Logics of conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Back, E. (1982) Purpose clauses and control. In P. Jackbson & G. K. Pullum (eds.) *The nature of syntactic representation*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, pp. 35-57.
- Bhatt (2003) Covert modality in non-finite contexts. In *Glott International*, vol. 7, n. ½. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., pp. 52-59.
- Braz, A. (2005) *A expressão da finalidade em Português contemporâneo: aspetos sintáticos, semânticos e pragmáticos*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Brito, A. M. (2003) Subordinação adverbial. In M. H. Mateus; A. Brito; I. Duarte e I. Faria (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, capítulo 17. Lisboa: Ed. Caminho, 5ª edição, revista e aumentada, pp. 695-720.
- Cunha, L. F. (2004) *Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. & P. Silvano (2006) A interpretação temporal dos infinitivos em orações completivas de verbo. In F. Oliveira e J. Almeida (orgs.) *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da APL*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 303-314.
- Cunha, L. F. & P. Silvano (2008) Algumas evidências em favor da existência de temporalidade no infinitivo simples. In S. Frota e A. L. Santos (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 179-192.
- Dowty, D. (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Reidel.
- García Fernandez, L. (1999) Los complementos adverbiales temporales. La subordinación temporal. In I. Bosque, e V. Demonte (orgs.) *Las construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*, vol. 2, capítulo 48. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S.A., pp. 3129-3208.
- Jones, C. (1991) *Purpose clauses. Syntax, thematics, and semantics of English purpose constructions*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Lobo, M. (2003) *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.



- Lobo, M. (2013) Subordinação adverbial. In E. P. Raposo *et al.* (orgs.) *Gramática Português*, capítulo 38. Lisboa: Calouste Gulbenkian, , pp. 2011-2015.
- Lopes, A. C. M. (2011) Contributos para a caracterização das finais de enunciação no Português Europeu Contemporâneo. In *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, N.º 1, Vol. 6. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 125-148.
- Kamp, H., & U. Reyle (1993) *From discourse to logic: introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and discourse representation theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Moens, M. & M. Steedman (1988) Temporal ontology and temporal reference. In *Computational Linguistics*, Vol. 14, N.º 2, pp. 15-28.
- Oliveira, F. (2003) Modalidade e modo. In M. H. Mateus; A. Brito; I. Duarte e I. Faria *Gramática da Língua Portuguesa*, capítulo 9. Lisboa: Ed. Caminho, 5ª edição, revista e aumentada, pp. 243-274.
- Oliveira, F. (2003) Tempo e aspecto. In M. H. Mateus; A. Brito; I. Duarte e I. Faria *Gramática da Língua Portuguesa*, capítulo 6. Lisboa: Ed. Caminho, 5ª edição, revista e aumentada, pp. 127-178.
- Portner, P. (2009) *Modality*. Oxford: Oxford University Press.
- Schmidtke-Bode, K. (2009) *A typology of purpose clauses*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Silvano, P. (2010) *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Vendler, Z. (1967) Verbs and times. In *Linguistics in Philosophy*, 4. Ithaca, New York: Cornell University Press, pp. 97-121.
- Whelpton, M. J. (1995) *The syntax and semantics of infinitives of result in English*. Phd dissertation. Trinity: University of Oxford.

